

## MODERNIZAÇÃO X AGRICULTURA FAMILIAR: DIALÉTICA CONTRADITÓRIA NA CITRICULTURA SERGIPANA NO NORDESTE DO BRASIL

MODERNIZATION X FAMILY FARMING: DIALECTICAL CONTRADICTION IN CITRICULTURE  
STATE OF SERGIPE IN NORTHEASTERN BRAZIL

MODERNIZACIÓN X AGRICULTURA FAMILIAR: DIALÉTICA CONTRADITORIA EN LA  
CITRICULTURA SERGIPANA EN EL NORDESTE DE BRASIL.

Carlos Alberto Vasconcelos  
Universidade Federal de Sergipe  
[geopedagogia@yahoo.com.br](mailto:geopedagogia@yahoo.com.br)

### Resumo

A citricultura em Sergipe, um dos principais produtores da região Nordeste do Brasil, tem passado por transformações territoriais no padrão tecnológico e nas relações sociais. O projeto modernizante brasileiro beneficiou o complexo agroindustrial do Centro-Sul do país e grandes proprietários de terra com atividades internacionais. Com esta perspectiva, a partir de análises, vasta pesquisa bibliográfica e de campo decorrente do doutoramento em Geografia, esse artigo faz uma análise das relações de trabalho, especificamente o trabalho infantil, na atividade citrícola sergipana, levando em consideração os processos inerentes aos elementos geográficos, como a questão da configuração territorial dos circuitos produtivos da laranja, suscitando nos seguintes resultados e considerações: a cultura de citros qualificou e consolidou a identidade territorial da principal região citrícola do Nordeste; o reconhecimento da cultura e de sua identidade foi assimilado nos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, ou seja, o espaço foi inicialmente territorializado com a plantação de cítricos, especificamente da laranja, e desterritorializado em determinados momentos por pastagens e pela agricultura de subsistência e territorializado novamente com o cultivo da laranja em escala industrial, configurando novos territórios, obedecendo a uma demanda capitalista. As constantes transformações verificadas no espaço, em especial no agrícola, conduzem-nos à busca de novas interpretações que expliquem as atuais características do capitalismo e da globalização, nomeadamente no campo.

**Palavras chave:** Citricultura Sergipana. Modernização Agrícola. Produção Capitalista.

### Abstract

The citriculture in Sergipe, one of the leading producers in the northeast region of Brazil, has gone through changes in territorial technological standard and in social relations. The project found brazilian benefited the agroindustrial complex of the center-south of the country and large land owners with international activities. With this perspective, from analyzes, extensive bibliographic research and in the field due to the doctor in geography, wrote this article makes analyzes of labor relations, specifically child labor in Sergipe citrus activity, taking into account the processes inherent in geographic elements such as the question of territorial

configuration of productive circuits orange, inspiring in the following results and considerations: the citrus described and consolidated the territorial identity of main citrus region of the northeast region; the recognition of culture and its identity was assimilated in the movements of territorialisation, deterritorialization and reterritorialização, that is, the space was initially established with the planting of citrus, specifically the orange, and historical and cultural environment, in certain moments for pastures and by subsistence farming and established again with the cultivation of orange on an industrial scale, configuring new territories, obeying a capitalist demand. The constant changes in space, in particular in agriculture, lead us to search for new interpretations that explain the current characteristics of capitalism and globalisation, specifically in the field.

**Keywords:** Citrus State of Sergipe. Agricultural Modernisation. Capitalist Production.

### **Resumen**

La Citricultura en Sergipe, uno de los principales productores de la región Nordeste de Brasil, vive transformaciones territoriales en el patrón tecnológico y en las relaciones sociales. El proyecto modernizante brasileño benefició el complejo agroindustrial del Centro Sur del país y grandes propietarios de tierra con actividades internacionales. Con esta perspectiva, a partir del análisis, amplia pesquisa bibliográfica y de campo que viene del doctorado en geografía. Escribimos este artículo hacer un análisis de las relaciones de trabajo, específicamente el trabajo infantil, en la actividad citrícola sergipana, llevando en consideración los procesos inherentes a los elementos geográficos, como la cuestión de la configuración territorial de los circuitos productivos de la naranja, suscitando en los siguientes resultados y consideraciones: La cultura de citrus calificó y consolidó la identidad territorial de la principal región citrícola del Nordeste; el reconocimiento de ladesterritorialización y de la recuperación territorial, o sea, el espacio fue inicialmente regionalizado con el plantío de cítricos, específicamente de la naranja, y desterritorializado en determinados momentos por pastajes y por la agricultura de subsistencia y regionalizado nuevamente con el cultivo de la naranja en escala industrial, configurando nuevos territorios, obedeciendo a una demanda capitalista. Las constantes transformaciones verificadas en el espacio, en especial en el agrícola, nos conducen, a la busca de nuevas interpretaciones que explican las actuales características del capitalismo y de la globalización, específicamente en el campo.

**Palabras clave:** Citricultura Sergipana. Modernización Agrícola. Producción Capitalista.

### **Introdução**

A citricultura sergipana tem sofrido transformações territoriais no padrão tecnológico e nas relações sociais. Tais mudanças introduzidas na agricultura atingiram, desigualmente, as regiões brasileiras, produtores e atividades agropecuárias. No Brasil, o projeto modernizante beneficiou o complexo agroindustrial do Centro-Sul e grandes proprietários de terra com atividades internacionais. Guardando as devidas proporções, essas desigualdades se reproduzem no estado de Sergipe.

Pode-se dizer que o processo de modernização agrícola acentuou a diferença social na agricultura, consolidando estrutura bimodal (FAO-IN CRA, 1995). Convivem duas lógicas de organização da produção: agricultores empresariais altamente tecnificados, dirigidos para o mercado externo, entre médios e grandes proprietários de terra com trabalhadores assalariados e agricultores familiares, que produzem com poucos

insumos e adotam formas tradicionais de utilização da força de trabalho, incluindo o trabalho infantil como estratégia de reprodução.

Os pequenos proprietários de terra mantêm o trabalho familiar de autoconsumo e com excedente para o mercado interno. São práticas tradicionais que convivem com latifúndios de exportação, e com os atuais complexos agroindustriais. Mesmo, eventualmente, com características de atividades capitalistas, realizam-nas com relações distintas do grande capital, sem trabalho externo à unidade de produção familiar, com precários instrumentos de trabalho, muitas vezes, sem a posse legal da terra; portanto, sem acesso ao crédito oficial.

O pequeno proprietário, o parceiro, o arrendatário e o posseiro, enquadrados na categoria de produtores tradicionais, trazem implicações sobre a racionalidade de uso do território. Entre interesses divergentes e conflitantes, criam-se as condições de uso do território visando à (re) produção de relações, ações/intenções no espaço geográfico.

No território citricultor, podemos encontrar variações, sendo perceptível o trabalho temporário. Os proprietários minifundistas recorrem, temporariamente, ao trabalho fora do estabelecimento, e os trabalhadores com pouca ou nenhuma terra, os quais sobrevivem basicamente da venda da força de trabalho, sujeitam-se à exploração. A propriedade da terra, mesmo em pequena parcela, faz diferença entre os trabalhadores. Alguns somente trabalham na colheita da laranja, outros também realizam serviços agrícolas e transformam-se em contribuintes das relações de poder e de subordinação (PINTO, 1996).

Na condição de proprietários minifundistas, os trabalhadores das regiões citrícolas, especificamente no Nordeste, dedicam-se, principalmente, ao cultivo da laranja, produto com destino exclusivo ao mercado interno, seja para o comércio “*in natura*” ou para a indústria e, assim, deixa o espaço do mercado externo para o grande produtor do Sudeste do país. A laranja, contudo, não é monocultura; reúne-se a diversos outros produtos de mercado. Junto com a laranja produzem-se mandioca, milho, fumo, maracujá, acerola, amendoim, dentre outros, alternando áreas específicas. Muitas vezes, grandes e médios produtores cedem parte das terras para a formação de pasto ou trato de pomares nos primeiros anos de produção.

A produção de laranja em Sergipe, circunscrita no final da década de 1960 ao município de Boquim, expande-se em anos subsequentes e ocupa os melhores solos do estado, localizados na região Centro-Sul, reunindo expressivo contingente de pequenos produtores com propriedades de até cinco hectares, além de significativo número de trabalhadores rurais assalariados envolvidos com a laranja, principalmente nos períodos de colheita. Todavia, em função da expressiva crise com que se depara a partir dos anos 1990, o endividamento dos citricultores e a baixa produtividade dos pomares espelham o quadro atual da lavoura na região.

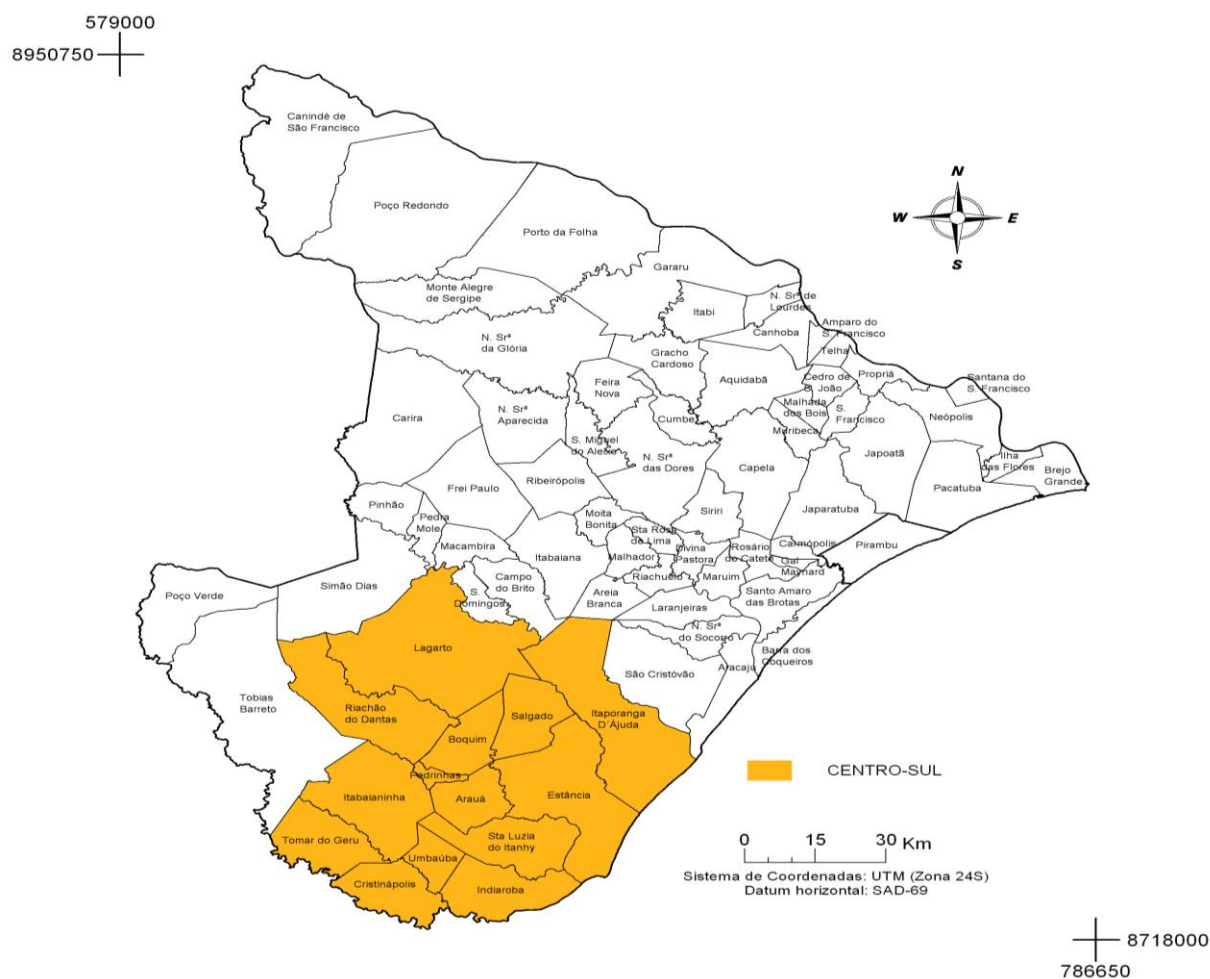
Desta feita, este artigo oriundo de tese doutoral homônima analisa as relações de trabalho, especificamente o trabalho infantil, na atividade citrícola sergipana, levando em consideração os processos inerentes aos elementos geográficos, como a questão da configuração territorial dos circuitos produtivos da laranja, ou seja, analisam-se as relações do trabalho infantil no território citricultor, tendo por substrato

material de entendimento o processo de precarização, uso e abuso da força de trabalho ilegal propulsora do capitalismo.

Optou-se metodologicamente por duas etapas: pesquisa bibliográfica/documental e pesquisa empírica, com aplicação de questionários e entrevistas. A estruturação do texto obedece, além da introdução com caracterização e localização da área de estudo, objetivos e procedimentos metodológicos, seguidos por discussões de referenciais e resultados, culminando com algumas exposições finais, no tocante à abordagem do estudo como um todo, salientando pontos significativos para enveredamento de futuros estudos.

O território citricultor sergipano abrange a Região Centro Sul do estado composta de 14 municípios com área de 5.385 Km<sup>2</sup>, perfazendo 2,46% do território estadual e população de 209.040 habitantes, cuja população rural era de 184.221 habitantes (IBGE, 2010). Os municípios, segundo as microrregiões, estão assim distribuídos: Boquim, Cristinápolis, Arauá, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Umbaúba e Tomar de Geru, na Microrregião Geográfica de Boquim; Estância, Indiaroba, Itaporanga d’Ajuda e Santa Luzia do Itanhhy, pertencentes à Microrregião Geográfica de Estância, e os municípios de Lagarto e Riachão do Dantas, na Microrregião Agreste de Lagarto.

**Figura 1:** Localização da área de estudo



**Fonte:** VASCONCELOS, 2009.

**Elaboração:** Carlos Alberto Vasconcelos, 2009.

Nos territórios citricultores sergipanos constata-se superposições de vários e importantes “territórios de desenvolvimento”, assim considerados enquanto alvo de políticas federais e estaduais de desenvolvimento. Questiona-se sobre esse tipo de desenvolvimento que se fundamenta em atividade agrícola, cuja base de acumulação está na exploração de crianças e de jovens e em prejuízo de sua educação e mobilidade social.

### **Procedimentos metodológicos**

O presente trabalho, oriundo de tese da mesma autoria, especificamente para este artigo, utilizou fontes e materiais bibliográficos acadêmicos e institucionais, estatísticas oficiais, tais como do IBGE, Ministério e Secretarias de Educação e do PETI (Programa de erradicação do trabalho Infantil), além de pesquisa direta.

A partir dos procedimentos metodológicos, iniciou-se com a Pesquisa de Gabinete, reconhecimento da região estudada; levantamento, seleção e crítica das fontes de informações; coleta de dados bibliográficos, estatísticos e cartográficos; elaboração e aplicação de questionários com crianças, adolescentes e agricultores da área rural, principalmente daqueles que tem ligação com as atividades agrícolas e entrevistas com dirigentes de associações, sindicatos e do Peti; tratamento das informações levantadas e apresentação em tabelas, gráficos, fotos e análises estatísticas. Ressaltando que muitos destes autores residem na cidade, porém desenvolvem atividades na zona rural.

As entrevistas semidirigidas captaram a representação da família dos trabalhadores, dirigentes, inclusive alguns professores e representantes institucionais, questionando impactos do trabalho infanto-juvenil na citricultura.

Seguiram-se recomendações teóricas de MINAYO (1996) para permitir certa liberdade de narrativa e interação orientada. Optou-se por prática da abordagem qualitativa do objeto de estudo, de acordo com sua pertinência. A propósito, Minayo (1996: 254) afirma:

Há em todos os campos das Ciências Sociais uma tomada de consciência da importância de compreender a complexidade das relações sociais que criam, alimentam, reproduzem e transformam as estruturas, a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos nessas relações. Isto é uma tarefa de abordagem qualitativa.

A teoria é essencial na interpretação do mundo real, pois ela apreende a realidade circundante, instigadora do intelecto. Assim, é importante discorrer e inter-relacionar os pressupostos teóricos e conceituais disponíveis sobre a temática enfocada acerca do território citricultor, as relações de trabalho e a modernização da agricultura com a realidade material onde efetivamente acontecem os fenômenos, que sugerem o tipo de desenvolvimento obtido com esta produção.

Dentre os conceitos discorridos sobre uma das principais categorias utilizadas, tem-se o de território, optando-se pelo conceito miltoniano de território como espaço de poder e uso, no qual enfatiza “O território é categoria geográfica importante, tendo em vista sua ocupação e uso pela sociedade, ou simplesmente ‘território usado’” (SANTOS, 2001: 3).

Representa a instância social e material onde as relações sociais expressam-se organicamente e, justamente por isso, revela-se como objeto privilegiado da análise geográfica. Une materialidade e ação, portanto, oferece aos geógrafos um laboratório vivo e renovado para a compreensão dos problemas da vida cotidiana em sociedade, nas mais distintas esferas. Assim, e como propõem Santos e Silveira (2001), o território pode e, muitas vezes, é compreendido pelos geógrafos como a fala privilegiada da nação.

## **Discussões e Resultados**

Os resultados da pesquisa permitem delimitar o território citricultor sergipano, tendo este como forte componente o trabalho familiar e infantil.

No resgate histórico da produção verifica-se que, sobretudo a partir de 1975, a expansão da agricultura da laranja em Sergipe acelerou-se: a área plantada e a produção cresceram a taxas superiores a 20% ao ano. Como resultado, alterou-se substancialmente o perfil da “região da laranja” sergipana.

O território da Laranja sergipana amplia suas fronteiras para além dos cinco municípios produtores iniciais e abrange atualmente 14 municípios. As atividades agropecuárias tradicionais, como os cultivos do feijão, do fumo e da mandioca cederam territórios para a laranja. Em consequência, Sergipe ocupou o primeiro lugar no ranking nordestino de produtores de laranja, exportando produto *in natura* para praticamente todo Nordeste e Sudeste (exceto São Paulo) e alguns estados do Norte.

Dois municípios sergipanos citricultores destacam-se dos demais: Boquim e Estância. O primeiro, como maior produtor de laranja (em 1990, 94,6% da área agrícola do município destinavam-se à citricultura); principal centro de comercialização e distribuição de laranja; concentrando 18 unidades de beneficiamento. O segundo município citricultor, Estância, destaca-se por sediar agroindústrias processadoras da laranja, apesar de produção pouco significativa. Esses principais produtores naturais e industriais, contudo, estão sofrendo declínio, ao contrário de outros municípios em fase de expansão, com destaque para Itabaianinha e Cristinápolis.

O pessoal ocupado na citricultura teve apogeu na década de 1980 e empregou cerca de 150 mil pessoas, isto é, 30% da população economicamente ativa. Após sucessivas crises na citricultura sergipana, na década inicial do século XXI, o número de trabalhadores estimado não ultrapassou 50 mil. O trabalho ficou invisível pelo uso da força infantil, que é negado, fiscalizado e punido institucionalmente.

Contraditoriamente ao aspecto legal, o trabalho infantil tornou-se ainda mais presente na citricultura em consequência das sucessivas crises capitalistas associadas às perdas de mercado combinadas as secas periódicas. O pequeno produtor usa trabalho temporário como estratégia de complementar o trabalho familiar, pois, ainda que ampliado pelo maior número de componentes da família, não é suficiente para garantir a sobrevivência (MORAIS et al, 1999).

As crises também sofrem efeito das consequências do processo de modernização da agricultura no estado, que são, como no resto do país, bastante conhecidas: expropriação e expulsão de trabalhadores

(moradores, arrendatários, foreiros, etc.) das terras, assalariamento e exclusão de pequenos produtores das políticas governamentais para a agricultura.

A modernização é seletiva e beneficia, sobretudo, o agro complexo, assim como os médios e grandes produtores. Apenas um contingente mínimo de pequenos produtores rurais foi beneficiado com políticas modernas de produção. A grande maioria excluída mantém base produtiva familiar, e, apesar da manutenção da terra, a frágil condição de produtor implica em constantes ameaças de perda da propriedade. Afinal, parte do segmento foi expropriada da terra e engrossou o contingente de trabalhadores sem-terra.

Os pequenos citricultores têm expressiva participação na produção total da laranja de Sergipe, cerca de 80% do total do produto. No plano político constitui, juntamente com os sertanejos, o segmento que, historicamente, tem-se mostrado mais ativo, na organização e lutas políticas de inclusão nas políticas públicas para a agricultura.

Contraditoriamente, convive um vasto contingente de trabalhadores com pouca ou nenhuma terra no trabalho assalariado temporário da laranja. Os chamados “diaristas”, segmento de pouca visibilidade social e difícil quantificação, de proporções não-desprezíveis – e os “carregadores”, menos expressivo, porém presentes em toda a região nas tarefas de transporte dos sítios e fazendas para unidades de beneficiamento.

A produção de laranja em 1990 foi de 3,67 bilhões de frutos, totalizando 737.256 toneladas em 2004, concentrando-se nas microrregiões de Boquim (65% ao longo do período analisado), no Agreste de Lagarto (29% em 1990 e 16% em 2004), e a microrregião de Estância apresentou participação de 5% em 1990 com expansão de área colhida para 17% em 2004 (CUENCA et al, 2008).

O estado de Sergipe vem apresentando acréscimo da área colhida tanto com culturas permanentes, quanto com culturas temporárias, além de experimentar notória realocação agrícola entre as diversas microrregiões do estado. Esta situação agrícola fez com que nos últimos quinze anos as concentrações dos cultivos alterassem sua localização e a origem da produção estadual, a exemplo dos produtos hortifrutigranjeiros.

A partir de dados a seguir, percebe-se que as políticas governamentais começaram a surtir efeito, e apesar da crise que assola a citricultura, a área colhida continua em expansão.

**Tabela 1:** Sergipe. Evolução da área colhida com laranja nos principais municípios produtores no período de 1975 a 2005

Municípios	Laranja - Área Colhida (ha)						
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Araúá	410	2.374	2.848	3.401	3.617	3.884	4.242
Boquim	2.426	5.539	5.561	5.601	5.705	5.910	4.934
Cristinápolis	27	301	567	1.583	2.412	5.228	5.650
Estância	65	439	568	1.100	1.714	2.239	2.604
Indiaroba	03	31	96	513	1.328	2.169	2.822
Itabaianinha	485	2.179	2.445	3.227	3.667	5.875	7.143
Itaporanga d' Ajuda	40	296	373	492	678	812	1.282
Lagarto	1.600	3.541	4.518	4.931	5.495	6.012	5.400

Pedrinhas	1.000	1.436	1.491	1.551	1.578	1.606	1.420
Riachão do Dantas	1.486	2.212	2.923	3.082	3.320	3.565	3.500
Salgado	200	2.529	3.520	4.250	4.434	4.764	4.600
Santa Luzia do Itanhy	22	314	388	582	937	1.992	2.637
Tomar do Geru	20	108	411	903	1.271	2.889	3.142
Umbaúba	350	1.616	2.257	2.618	2.832	3.090	3.558
<b>Total</b>	<b>8.449</b>	<b>23.257</b>	<b>24.568</b>	<b>34.374</b>	<b>40.291</b>	<b>51.718</b>	<b>54.697</b>

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-2005.

Em 2005, os municípios com maior área colhida eram Itabaianinha, Cristinápolis e Lagarto, mas são igualmente expressivos Arauá, Boquim e Salgado, além de Riachão do Dantas, Tomar de Geru e Umbaúba. Destaca-se que a maior parte deles teve crescimento expressivo nos últimos trinta anos.

No tocante a área plantada, informação disponível do IBGE, em 2007, demonstra que municípios como Itabaianinha e Cristinápolis são os principais territórios da citricultura sergipana. Lagarto destaca-se, entre outros fatores, por sua expansão motivada pela indústria, o que não ocorre em Itaporanga d' Ajuda, cuja área não avança tanto.

A modificação nos territórios cítricos sergipanos somente é possível pela combinação com o trabalho familiar. Neste particular, tem-se a considerar a expressiva contribuição da mão de obra familiar, representando quase 72% do total de trabalhadores, além da mão de obra paga por diária, na forma de trabalho temporário, sendo quase nula a força de trabalho assalariada permanente.

É na safra que se contrata maior número de diaristas. A esse respeito, acrescenta Matta (1995: 169):

A laranja, como produto perecível, necessita de várias pessoas no período de safra, pois sua retirada é feita manualmente, e o limite de tempo gasto nesse processo é fator preponderante para garantir a qualidade do produto. [...] Portanto, a participação do trabalho temporário na complementação do volume de atividades desenvolvidas na época da colheita é imprescindível.

A laranja é produto moderno; todavia sua produção não é realizada em moldes completamente modernos. Perduram no território citricultor sergipano resquícios de mentalidade arcaica de oligarquia agrária resistente ao “espírito capitalista”. No passado, os senhores de engenho expandiam territórios de cana de açúcar para obter renda; atualmente os produtores transformam a paisagem rural do centro-sul sergipano em territórios de laranja para complementar renda.

A penetração capitalista no espaço rural sergipano subverte e reorienta a organização do trabalho intraunidade de produção camponesa, inserindo-o, via mercado, na economia capitalista. Contudo, não altera a visão do empreendedor-camponês da unidade de exploração no meio de existência do grupo doméstico. Mesmo assentado o trabalho familiar em um produto-mercadoria moderno, continua a obter da terra a reprodução dos sujeitos que dependem duplamente dos desígnios naturais das condições climáticas e do mercado.

Percebe-se que a pequena unidade de produção agrícola familiar reproduz a lógica contraditória capitalista de exploração da mão de obra, mesmo comprometendo seus termos de sustentação futura, pois não garante a reprodução da força de trabalho, devido ao trabalho não pago (ou sem remuneração) e pelo



uso recorrente do trabalho infantil, mantido na escola, embora com prejuízo na aprendizagem e até mesmo levando ao abandono.

O abandono à escola em razão da necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar fica evidente quando se analisa a taxa de escolarização dos adolescentes ocupados e não ocupados. De acordo com nossas pesquisas, e já comprovadas pela PNAD 2007, dos adolescentes de 15 a 17 anos que trabalham apenas 21,8% estão na escola.

De uma representatividade em torno de 25% da população jovem que se encontra na mesma faixa etária, evidencia-se maior presença de homens exercendo alguma forma de trabalho e de mulheres nas escolas. Deve-se ressaltar que o nível de instrução de uma pessoa pode ser diferente do seu grau de escolaridade, uma vez que pode aprender fora da escola. Todavia, para se levar em conta essa diferença, ter-se-ia de organizar uma avaliação do saber das pessoas, o que foge à perspectiva dos questionamentos de nossa pesquisa.

A produção familiar (com a contribuição dos menores de idade) não se faz por conflito entre classes diferenciadas: capitalistas e trabalhadores. Ela reúne em única classe, interna à unidade de produção, trabalhadores (o que é explorado e gera o lucro) e produtores (o que se apropria do lucro). Assim, a unidade familiar objetiva o lucro e deseja a reprodução do trabalho; contudo, essa contradição fica ainda mais acirrada, e um dos termos tende a entrar em conflito e se torna insustentável: a reprodução capitalista ou a reprodução da força de trabalho.

Do ponto de vista espacial, o constante refazer e desfazer dos territórios diz respeito a essa contradição capitalista. A re(des)territorialização de municípios tradicionais de citros segue um movimento de mercado em direção a espaços de reserva cujo mecanismo de trabalho familiar e infantil ainda pode ser reproduzido e não chegou ao limiar de sua contradição fundante.

O estado de Sergipe tem participação nesse movimento territorial mediando as condições necessárias para a acumulação ampliada, via instituições, créditos e desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, a exemplo do que ocorre em São Paulo e, parcialmente, na Bahia nos limites de Sergipe. A partir da modernização incompleta, a produção de citros tende a romper a fronteira política do estado de Sergipe em direção ao da Bahia, estabelecendo uma territorialidade de base econômica. Questiona-se se esta base tem força social para transformar os territórios da citricultura em territórios de desenvolvimento!

Em nossa reflexão, o território é ligado ao poder e se diferencia de lugar, pelo domínio ou gestão do espaço e por conferir identidade ao usuário. Toda identidade é uma identidade sócio-territorial e constitui o referencial central do território. Então, pode-se afirmar que não há território sem alguma identificação e valorização simbólica do espaço habitado capitalista.

Compreende-se, pois, o território como espaço apropriado e de poder, delimitado principalmente pelo Estado, principal agente controlador e normatizador. Território usado é sinônimo de espaço geográfico, cuja ação social produzida revela-se como produto de uma série de atuações e intenções de distintos agentes sociais que, ao mesmo tempo, produzem-no e integram-no (SANTOS, 1990).

A formação de territórios permite a conscientização de participação e faz emergir o sentimento da territorialidade. Movimento de apropriação do território, cuja dinâmica expansiva ou concentradora permite-nos delimitar os territórios citricultores do Centro-Sul sergipano.

### **Questões e pressupostos basilares do trabalho infantil**

Critica-se a política de combate ao trabalho de crianças e adolescentes com foco único na repressão do trabalho. Defende-se a necessidade de condições de trabalho contínuo para os chefes de famílias. A principal medida, sem dúvida, refere-se ao sistema educacional e a criação de programas de geração de emprego e renda com prioridade para famílias específicas. O trabalho de crianças e adolescentes é tido como estratégico meio de sustento familiar, para que as crianças permaneçam na escola as famílias precisam ser compensadas. As situações de exploração de trabalho de crianças e adolescentes carecem de coibição. Entre as mais expressivas, sem atenção maior, é o trabalho doméstico feminino, situação de semisservidão que precisaria de estudo aprofundado e de política específica para erradicação.

O trabalho infantil produz impacto na sociedade, pois as ações institucionais são transitórias e apenas amenizam a exploração das crianças. As propostas e ações governamentais, principalmente para algumas famílias, são preteridas diante da necessidade que a unidade de produção familiar tem do trabalho infantil. Será que corrobora com isto, infelizmente, o fato da escola não ser interessante e promissora para a família e nem para a criança? Muitos não vêem perspectivas futuras nessa instituição.

Muitas crianças aprendem a trabalhar no seio familiar e entram precocemente no mercado de trabalho. Expondo-se a situações danosas (físicas e/ou psicológicas), a prejuízos irreversíveis em suas vidas. Apesar de ser considerada pela sociedade como uma meta que fomentaria o bem-estar social, a erradicação do trabalho infantil e, conseqüentemente, a perda da renda por ele gerada podem agravar ainda mais a situação da pobreza das famílias no país, principalmente diante da ausência de programas sociais com mecanismos eficientes que permitam à população adulta substituir, de forma compensatória, a renda gerada pelas crianças e adolescentes.

A esse respeito, ARAÚJO (2007: 132) relata:

As crianças tentam angariar recursos e sobreviver dirigindo-se para o tráfico de drogas, para a prostituição e/ou outras atividades de ainda maior exploração e risco de vida, largadas nas ruas e centros de grandes cidades. No primeiro caso, ainda funcional a reprodução dos trabalhadores, logo no sistema capitalista, mas, no segundo, fazendo crescer a porção sangrenta do capitalismo sem justiça, sem controle e sem resistência política.

O trabalho de menores é um mal da sociedade brasileira, destrói a vida de inúmeras crianças e adolescentes e limita oportunidades de uma sociedade prospera, perpetuando ciclo de pobreza individual e regional. Para alguns é “mal necessário”. A renda gerada por crianças é tida como de suma importância para a vida familiar fora dos níveis de pobreza e indigência. Esta é visão positivista que não vislumbra contradições.

Na perspectiva dos citricultores, a utilização do trabalho de crianças e adolescentes está naturalmente vinculada às “necessidades”, ou exigências do processo produtivo. Justifica-se pelas condições objetivas de produção que não dispensam a “ajuda” dos filhos menores, sobretudo em períodos de intensa demanda de trabalho sazonal. Os produtores racionalizam a estratégia com base na dimensão cultural e no significado atribuído ao trabalho de crianças em sua socialização, de caráter formativo na preparação para a vida adulta. Valoriza-se o “saber-fazer”, o domínio de habilidades básicas para o enfrentamento da vida. Nos depoimentos de agricultores e pais são evidenciadas concepções e perspectivas vinculadas à questão da inserção precoce no trabalho. Atribui-se significados ao trabalho como medida de segurança as situações a serem enfrentadas, até mesmo como forma de perpetuação da agricultura familiar, apesar de negar o trabalho de crianças em sua roça.

Constatou-se, na pesquisa empreendida para este trabalho, que dentre o universo de menores (472), apresentavam-se na faixa etária de 5 a 9 anos 62 crianças, ou seja, 13,1% delas. Contudo, a maioria encontrava-se há alguns anos trabalhando, pois é comum iniciar no trabalho nessa faixa etária, segundo informaram 172 dos adolescentes (36,4%), tais comprovações incidem nas concepções dos pais.

**Tabela 2:** Crianças e adolescentes que ajudam os pais na citricultura, segundo a idade em que iniciou a trabalhar. Municípios selecionados da citricultura sergipana – 2007/2008.

Municípios	Idade atual			Ajuda os pais		Idade em que iniciou a trabalhar com os pais		
	5 – 9	10 – 14	15 - 17	Sim	Não	5 – 9	10 – 15	Mais de 15
Araúá	04	11	02	37	05	20	06	01
Boquim	05	24	16	54	01	26	13	–
Cristinápolis	15	24	–	36	03	15	19	–
Estância	06	22	02	26	03	10	15	–
Indiaroba	–	14	10	23	01	–	17	06
Itabaianinha	14	35	02	24	27	–	–	–
Itaporanga d’Ajuda	–	31	06	32	04	15	15	–
Lagarto	12	26	02	35	10	09	13	–
Pedrinhas	–	15	04	08	11	–	07	–
Riachão do Dantas	01	20	07	20	09	20	07	–
Salgado	02	27	06	18	17	14	05	–
Santa Luzia do Itanhy	01	15	04	18	02	11	08	–
Tomar do Geru	–	19	–	17	02	06	11	–
Umbaúba	02	23	03	24	06	26	06	–
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>306</b>	<b>64</b>	<b>372</b>	<b>101</b>	<b>172</b>	<b>142</b>	<b>07</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

De forma geral, os dados apresentados revelam que, no grupo dos 5 aos 9 anos, o trabalho infantil não é muito significativo em sua intensidade e jornada, caracterizando-se por ser uma atividade rural, localizada, em sua maior parte, no Nordeste, e predominantemente por conta própria, sendo típica de famílias pobres e de baixo nível educacional. Este é um quadro que se mantém, e os dados da PNAD de 2007 não diferem de forma significativa das estatísticas exibidas anteriormente.

## Exposições finais

No Centro-Sul sergipano, a cultura de citros qualificou e consolidou a identidade territorial da região. O reconhecimento da cultura e de sua identidade foi assimilado nos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O espaço foi inicialmente territorializado com a plantação de cítricos, especificamente da laranja, e desterritorializado, em determinados momentos por pastagens e pela agricultura de subsistência e, por último, é territorializado novamente com o cultivo da laranja em escala industrial, configurando novos territórios.

Na trajetória socioeconômica, manteve-se, principalmente, o território citrícola de Boquim, ora fortemente evidenciado, ora, escassamente recortado, mas permanecendo com identidade do lugar. A identidade revela aspectos culturais e potenciais dos territórios que perpassam para o lugar, pelas características espaciais e pelas relações de poder.

A expansão da citricultura em territórios foi favorecida por políticas modernizadoras; conseqüentemente, aumentou o assalariamento permanente e temporário associado ao intenso uso do trabalho familiar, incluindo o infantil, particularmente, nas pequenas propriedades da região produtora.

Muito se tem comentado sobre a crise da citricultura, sofrida em âmbito nacional e estadual, especialmente ocasionada pela crise financeira mundial que repercutiu fortemente na redução do mercado para o suco concentrado, principal produto do complexo da laranja. Contudo, para vários analistas, a tendência de perda de mercado do suco de laranja faz-se pela crescente penetração de outros produtos similares, tais como polpas de outras frutas, sucos prontos, refrescos, refrigerantes e águas com sabor. Há dez anos o suco de laranja concentrado representava 53% do total de sucos vendidos no mundo; ultimamente, representa menos de 40%.

A estratégia de expansão territorial e do trabalho familiar é alternativa dos territórios periféricos de superação da crise, que de certa forma, se faz imperativa sobre o trabalho infantil.

O trabalho infanto-juvenil no território do Centro-Sul sergipano é resultante das profundas transformações em curso, visando atingir os padrões de acumulação capitalista brasileira, principalmente a partir da década de 1990.

Essa categoria do trabalho precoce ocorre com maior frequência nas regiões e atividades agrícolas, e em famílias com trabalho por conta própria na agricultura, ou em atividades urbanas de pequeno comércio e serviços. Quanto menor a idade dos trabalhadores, maior o índice de trabalho sem remuneração.

A exploração do trabalho de crianças e adolescentes é prática antiga que não, necessariamente, se extingue por lei. As estatísticas disponíveis revelam posições distintas, desde formas infames de exploração, à participação limitada ou ocasional de crianças e adolescentes em atividades da família, não necessariamente prejudiciais. No mínimo, o trabalho impede a criança ou adolescente de estudar; em geral, proporciona ocupação para os que, por várias razões, abandonaram a escola, uma alternativa à desocupação pura e simples, sobretudo de adolescentes.

Contraditoriamente, o trabalho infantil ganhou vulto após crises prolongadas. No início, no território citricultor, as crianças trabalhavam em pequenos pomares de seus pais, onde plantavam laranja e outras culturas, não requerendo tanto esforço e desgaste. Com a modernização implantada na citricultura, o processo de trabalho tomou outro rumo, e essas crianças e adolescentes passaram a constituir-se trabalho não-pago, e mesmo trabalhando com seus pais, mas não para estes, concorrem para o aumento da produtividade nos laranjais. Mesmo com toda pressão e fiscalização estatal, o trabalho infantil na citricultura sergipana persiste.

A modernização na citricultura aprofundou as formas de precariedade no trabalho, aproveitou o trabalho infantil para complementar o trabalho adulto, barateando ainda mais a força de trabalho explorada entre os surtos de desenvolvimento e ciclos da citricultura estadual e nacional.

Alguns definem como “subcapitalismo agrário” a produção com relações não tipicamente capitalistas. De qualquer modo, o trabalho infantil demarca atraso, estagnação de relações de trabalho no campo, explora grande quantidade de trabalhadores, com baixo custo de trabalho, mesmo associada as novas formas de organização produtiva, especificamente nos circuitos da laranja.

As alternativas de controle do trabalho infantil são precárias e insuficientes para alterar as condições locais. O afastamento do trabalho não é de forma definitiva, pois as condições concretas de vida permanecem; nas unidades produtivas familiares persistem desafios de manutenção. As perspectivas são de expansão dos territórios cítricos em decorrência dos incentivos governamentais e reduzindo incremento de preços, implicando aumento do trabalho assalariado ou da manutenção de condições de inserção de parte do segmento infanto-juvenil nas atividades rurais.

Conclui-se que a pequena unidade de produção agrícola familiar reproduz a lógica contraditória capitalista de exploração da mão de obra, mesmo comprometendo seus termos de sustentação futura. Isto porque não garante a reprodução da força de trabalho, devido ao trabalho não pago (ou sem remuneração) e pelo uso recorrente do trabalho infantil.

Assim como a expansão territorial é uma alternativa à modernização e à elevação da produtividade, o trabalho infantil constitui a lógica de superação da produção agrícola a preços reduzidos para fornecimento da indústria de citros nos mercados nacional e mundial.

Do ponto de vista espacial, o constante refazer e desfazer dos territórios diz respeito a essa contradição capitalista. A re(des)territorialização de municípios tradicionais de citros segue um movimento de mercado em direção a espaços de reserva, cujo mecanismo de trabalho familiar e infantil ainda pode ser reproduzido e não chegou ao limiar de sua contradição completa.

O que se questiona é como considerar os territórios de citriculturas ao sul do estado como territórios de desenvolvimento, tal como assim os compreende a política estatal de planejamento. Entretanto, esta uma nova questão para futuras pesquisas.

Por fim, empreende-se que as constantes transformações verificadas no espaço, em especial no agrícola, na maioria dos países, conduzem-nos à busca de novas interpretações que expliquem as atuais características do capitalismo e da globalização, especificamente no campo, ou seja, a instauração de uma

nova racionalidade como forma de otimização dos lucros. Essa racionalidade se traduz na produção agrícola por políticas que favorecem superposições de tecnologias, derivadas, sobretudo, de pesquisas científicas, e inovações na gestão e controle da produção sob o comando de grandes empresas/indústrias.

## Referências

ARAÚJO, A. M. M. *Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional: o caso de Fortaleza*. São Cristóvão/SE, 2007. Tese. (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

CUENCA, M. A. G. et al. Análise da tendência histórica de preços recebidos pelos produtores de laranja no estado de Sergipe e sua participação percentual na variação do valor bruto da produção citrícola estadual. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA, 12 a 17 de outubro, Vitória/ES, 2008. Anais.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995. Resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036 - 2ª versão).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso no Período de 2004 a 2007.

\_\_\_\_\_. *Sinopse do censo demográfico 2010: Sergipe*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=28&dados=0>. Acessado em 15 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio*. PNAD 2007. Disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 9 de junho de 2008.

MATTA, J. M. B. da. *Laranja: da estratégia à aspiração camponesa*. Aracaju, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

MINAYO, M. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

MORAIS, L. S et al. *Massacre nos laranjais: uma análise histórico-estrutural acerca do trabalho infantil em Boquim*. São Cristóvão, 1999. Monografia (Curso de Serviço Social) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

PINTO, M. Francisco. *Espaço, citricultura e trabalho temporário no Centro Sul de Sergipe*. Aracaju, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VASCONCELOS, C. A. *O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no centro sul de Sergipe*. São Cristóvão, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.